

Exu dos Ventos: Demonização das religiões afro-brasileiras na política do Rio de Janeiro

Luiz Gustavo Mendel Souza¹

Jorge Santana²

Camilla Fogaça Aguiar³

DOI: <https://doi.org/10.4025/rbhranpuh.v16i46.66771>

Resumo: Temos o objetivo de apresentar as diversas facetas do racismo religioso nas eleições para prefeito do Rio de Janeiro no início do século XXI, ressaltando como determinados candidatos usavam pejorativamente elementos afrorreligiosos para desqualificar seus concorrentes e atrair eleitores cristãos. Analisamos jornais de grande circulação no Estado do Rio de Janeiro, como *O Globo* e *O Dia*, além de bibliografias especializadas em racismo religioso, crescimento evangélico e ocupação do espaço público. Como resultado, identificamos a concorrência religiosa por votos, onde sobressai a importância de conquistar o público evangélico para vencer as eleições. Concluímos que candidatos associados às religiões afro-brasileiras eram satanizados e tinham sua credibilidade política abalada. Para sair do estigma negativo, os concorrentes se vinculavam a elementos cristãos se, quando insistiam em defender a permanência de monumentos do universo afrorreligioso no espaço público da cidade, utilizavam atributos apenas artísticos, esvaziando a construção de seu sentido mágico religioso.

Palavras-chave: Racismo Religioso; Política; Voto Evangélico

¹ Possui Doutorado em Antropologia pela Universidade Federal Fluminense (UFF). É professor do Núcleo de Formação Docente da Universidade Federal de Pernambuco - Centro Acadêmico do Agreste. Professor do Programa de Pós Graduação em História da UFPE. Email: luizgmendel@gmail.com

² Doutorando Ciências Sociais pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPCIS/UERJ). Email: jorgesantana_sg@yahoo.com.br

³ Doutoranda em História Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Email: camillafogaca.pesq@gmail.com

Exu dos Ventos: Demonization of Afro-Brazilian Religions in Rio de Janeiro's Politics

Abstract: We aim to present the various facets of religious racism in the mayoral elections of Rio de Janeiro at the beginning of the 21st century, highlighting how certain candidates pejoratively used afro-religious elements to disqualify their competitors and attract Christian voters. We analyzed major newspapers in the State of Rio de Janeiro, such as *O Globo* and *O Dia*, as well as specialized bibliographies on religious racism, evangelical growth and occupation of public space. As a result, we identified religious concurrence for votes, where the importance of conquer the evangelical public to win the elections stands out. We concluded that candidates associated with Afro-Brazilian religions were satanized and had their credibility as politicians shaken. To get out of the negative stigma, competitors linked themselves to Christian elements and, when they insisted on defending the permanence of monuments from the Afro-religious universe in the public space of the city, they used only artistic attributes, emptying the construction of its magical religious sense.

Key Words: Religious Racism; Politics; Evangelical Vote

Exu dos Ventos: Demonización de las religiones afrobrasileñas em la política de Río de Janeiro

Resumen: Nuestro objetivo es presentar las diversas facetas del racismo religioso em las elecciones a la alcaldía de Río de Janeiro a principios del siglo XXI, destacando candidatos específicos utilizaron de manera peyorativa elementos afrorreligiosos para descalificar a sus competidores y atraer votantes cristianos. Analizamos los principales periódicos del Estado de Río de Janeiro, como *O Globo* y *O Dia*, así como bibliografías especializadas sobre racismo religioso, crecimiento evangélico y ocupación del espacio público. Como resultado, identificamos la competencia religiosa por los votos, donde se destaca la importancia de ganar el público evangélico para ganar las elecciones. Concluimos que los candidatos asociados com las religiones afrobrasileñas fueron satanizados y vieron sacudida su credibilidad política cuestionada. Para salir del estigma negativo, los competidores se vincularon a elementos cristianos y, cuando insistieron en defender la permanencia de monumentos del universo afrorreligioso em el espacio público de la ciudad, utilizaron únicamente atributos artísticos, vaciando la construcción de su sentido mágico religioso.

Palavraschave: Racismo Religioso; Política; Voto Evangélico

Recebido em 22/01/2023 - Aprovado em 11/09/2023

Introdução

O Rio de Janeiro é o segundo estado do país com mais violações voltadas a declarantes candomblecistas e umbandistas, em sua maioria mulheres e pretas⁴. O relatório do Instituto de Segurança Pública (ISP) assinala que as delegacias da Secretaria de Polícia Civil geraram, em 2020, 1.355 registros de ocorrência de crimes que podem estar relacionados com a intolerância religiosa, ou seja, mais de três casos por dia⁵. Esses dados incluem os casos de injúria por preconceito (1.188 vítimas) e preconceito de raça, cor, religião, etnia e procedência nacional (144).

Os dados também apontam para o perfil do suspeito, cristão, do sexo masculino e líder religioso. Esses conflitos religiosos podem ser observados no espaço público quando extrapolam o campo religioso e migram para as esferas midiática e político-partidária. Assim, as religiões em disputa, católicos, pentecostais e a afro-brasileiros, aparecem no espaço público articulando símbolos religiosos, o Estado e os movimentos sociais.

Já o crescimento do pentecostalismo no Brasil nas décadas de 1970 e 1980 aponta para o contexto de desenvolvimento institucional da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD) e, consequentemente, aumento dos casos de disputa religiosa entre pentecostais e afro-brasileiros (GOMES, 2004). Ao mesmo tempo em que a IURD apresenta uma íntima relação com o candomblé e a umbanda, como a possessão e presença de divindades do panteão afro-brasileiro em seus cultos, a partir das construções das catedrais, ela marca o início de uma “era” em que busca se diferenciar dessas religiões.

Por meio de uma linguagem mais distante dos referenciais encontrados nos terreiros, as divindades afro-brasileiras serão caracterizadas pelo aspecto maléfico em rituais de exorcismos nas igrejas iurdianas. Assim, o candomblé e a umbanda serão incorporados no cotidiano da IURD como seres malignos, representando a constante luta entre o “bem” e o “mal”, “deus” e pelos “demônios” (GOMES, 2004, p. 170).

Porém é válido ressaltar que a perseguição as religiões afro-brasileiras está longe de ser uma premissa exclusiva da IURD. Essas religiões tem sido perseguidas historicamente no Brasil desde os tempos do Império, com o controle da Igreja por parte do Imperador, pois a religião oficial sempre foi o catolicismo. Mesmo após a Proclamação da República, em 1889, quando o Estado buscava construir um projeto de

⁴ Balanço Anual Disque 100. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2019/junho/balanco-anual-disque-100-registramaisde-500-casos-de-discriminacao-religiosa>. Acesso em: 23 set. 2021.

⁵ Instituto de Segurança Pública. Rio registra 23 ocorrências de ultraje a culto em 2020. ISP. Notícias. Publicado online em 20/01/2021. Disponível em: <http://www.isp.rj.gov.br/Noticias.asp?ident=451>. Acesso em 23 set. 2021.

laicidade, a Igreja continuava a compor novas formas de controle na esfera pública, sendo essas religiosidades acusadas de práticas de charlatanismo e medicina ilegal (GIUMBELLI, 2008).

Mas é na “batalha espiritual” presente na “cosmologia iurdiana”, que as religiões afro-brasileiras são percebidas como aquelas que detêm divindades que enganam e ameaçam o povo brasileiro, espíritos demoníacos (SILVA, 2007 p. 210). A partir dessa visão sobre os povos de axé, as referências das religiões afro-brasileiras em espaços públicos também demonstrariam a expansão do demônio para além dos muros dos terreiros, dessa forma os símbolos dessas religiões colocados nos espaços públicos podem ser alvos de ataques.

Podemos observar esses ataques religiosos nas disputas pela prefeitura carioca antes mesmo da virada de século. Em dezembro do ano 2000 foi inaugurada a primeira escultura do orixá Exu, na cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, durante o mandato do prefeito Luiz Paulo Conde⁶, pelo PFL (1996-2000). A notícia da instalação da escultura produziu uma série de polêmicas, críticas e manifestações embebidas em intolerância religiosa contra a peça artística. Mesmo após a inauguração o monumento continuou sendo vítima de depredações, pichações e demais investidas por parte de religiosos e políticos. O racismo religioso ganhou ainda mais força por se tratar de uma escultura que retrata o orixá Exu, concebido de forma equivocada e preconceituosa com a figura do Diabo cristão.

A escultura do orixá construída durante o mandato de Conde foi um dos temas do pleito eleitoral. O ato de Conde instalar na cidade a escultura de *Exu dos Ventos* foi utilizado por adversários políticos como categoria de acusação. Relacionando a divindade africana com o mal, com religiões malignas e outras acusações no âmbito religioso, os “cristãos genuínos”, identificados pelo *O Globo* (2004), como membros da Igreja Universal e militantes de Crivella, tinham a finalidade de retirar votos do candidato Conde. Na concorrência deste pleito eleitoral o jornal em questão destacava a utilização da fé para “mover montanhas de votos” (ROCHA, 2004, p.11).

A partir da análise sobre essas disputas políticas que utilizam da intolerância religiosa como base de manipulação de votos, entendemos que as ações discriminatórias contra os povos de axé não são motivadas apenas pelo caráter religioso, mas correspondem a uma dinâmica civilizatória repleta de valores, saberes, cosmogonias, ou seja, modos de viver e existir negro-africano presentes no cerne da cultura dos terreiros

⁶ Luiz Paulo Fernandez Conde (1934-2015) foi arquiteto, secretário municipal de Urbanismo, vice-governador do estado do Rio de Janeiro e prefeito do Rio de Janeiro de 1996 até 2000. Seus principais trabalhos foram como secretário municipal de Urbanismo na primeira gestão de César Maia como prefeito. Criou programas como Favela-Bairro, a Linha Amarela e Rio-Cidade.

(SIQUEIRA, 1997). Na concepção de Oro (1997) a intolerância religiosa neopentecostal em relação às religiões afro-brasileiras, quando não se enquadra em um caso de heterofobia (fobia do outro), é uma prática de racismo, pois há valorização generalizada e definitiva de diferenças imaginárias, baseadas na raça, em proveito do acusador e em detrimento de sua vítima.

A noção de “racismo religioso” vem ganhando força, a partir do final dos anos 2010, em decorrência do ativismo dos movimentos negros e seus “intelectuais orgânicos” presentes na academia. Os defensores da categoria “racismo religioso” (MIRANDA, 2010; 2012; FLOR DO NASCIMENTO, 2017; ORO, 1997; SANGENIS e COSTA, 2021; SIQUEIRA, 1997) entendem que os ataques às religiões afro-brasileiras

se circunscrevem dentro da mentalidade escravocrata e racista que quer manter padrões de moralidade e costumes restritos à cultura dominante branca e cristã que exclui tudo o que não estiver de acordo com ela (CAMURÇA e RODRIGUES, 2022, p. 10).

Assim, este artigo tem por objetivo apresentar as diversas facetas do racismo religioso nas eleições para prefeito do Rio de Janeiro, no início do século XXI, ressaltando como determinados candidatos usavam pejorativamente elementos afrorreligiosos para desqualificar seus concorrentes e atrair eleitores cristãos. Evidenciando a concorrência religiosa por votos e, consequentemente, a importância de conquistar o público evangélico para vencer as eleições.

Analisamos jornais de grande circulação no estado e na cidade do Rio de Janeiro, como *O Globo* e *O Dia*, em especial acerca dos efeitos e usos do monumento na esteira das eleições. E, a partir da análise de Mônica Castrioto (2010a) dos jornais *O Globo*, *O Dia*, *Extra* e *Jornal do Brasil* sobre as notícias, ao longo do ano 2000, sobre a escultura do artista Mário Cravo. Principalmente, o jornal *O Dia* realizou uma série de reportagens sobre a temática, dando voz as críticas de conteúdo racista de lideranças evangélicas (CASTRIOTO, 2010a). E Maria Clara Baltar (2004) aponta que o jornal *Extra* publicou reportagens apresentando uma disputa entre evangélicos e espíritas, mas dando voz as lideranças de religiosas de matrizes africanas.

Destacamos como os candidatos associados as religiões afro-brasileiras eram satanizados e tinham sua credibilidade política abalada, mas quando insistiam em defender a permanência de monumentos do universo afrorreligioso no espaço público da cidade, tentavam desviar dos estigmas negativos esvaziando essas construções de seu sentido mágico religioso.

Exu dos Ventos e a polêmica religiosa na corrida por votos



O GLOBO, “A ESCULTURA da polêmica”. 2000. 1 fotografia⁷.

A escultura *Exu dos Ventos* é uma obra plástica de 10 metros de altura, pesando cerca de 2 toneladas, feita em aço *cortain* e pintada em vermelho e preto (VALLE, 2020),

⁷**O GLOBO**. 16 de fevereiro de 2000. Matutina, O País, ELEIÇÕES, página 21. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/busca/?tipoConteudo=pagina&pagina=1&ordenacaoData=relevancia&allwords=exu+dos+ventos+benedita&anyword=&noword=&exactword=>. Acesso em: jan. 2023.

cores associadas ao orixá⁸. A escultura tem um tronco central que sustenta a parte superior e que é sustentado por uma base em formato de tripé. Na parte superior da escultura há uma espécie de coroa móvel, que com a força do vento gira em torno do tronco central. Na umbanda, *Exu dos Ventos* é uma divindade ligada aos orixás Iansã, Xangô e Ogum, representando o vento que circula por todos os lugares.

No final do ano 2000, na virada do milênio, uma parcela da população mundial estava assustada com a possibilidade do fim do planeta Terra, a partir das previsões do astrólogo Nostradamus, do período medievo. Na antiga capital do Brasil era inaugurada uma escultura que, na conjuntura religiosa e política, configurava um ato inédito e ousado. O prefeito carioca Luiz Paulo Conde (PFL) inaugurou a escultura *Exu dos Ventos* no entroncamento das duas vias expressas de grande importância da metrópole fluminense, na ligação das Linhas Amarela e Vermelha, na Ilha do Fundão. Não era a primeira escultura em homenagem a um orixá, mas significava um marco incontestável.

A polêmica acerca do monumento teve início em fevereiro de 2000, quando a imprensa noticiou a instalação da escultura, que estava a princípio agendada para ser inaugurada em junho do mesmo ano, como aponta Mônica Castrioto (2010a). As críticas eram oriundas de cristãos, tanto de segmentos católicos e evangélicos, como também por parlamentares. As manifestações contrárias prosseguiram até a inauguração da escultura do orixá iorubano no último mês daquele ano. O racismo religioso, travestido em críticas à ocupação do espaço público por símbolos das religiões afro, partia de diversos lados, parcela dos cristãos encaravam como um acinte a inauguração da estátua e faziam suas pressões políticas para reverter tal iniciativa do prefeito.

O cardeal arcebispo do Rio de Janeiro, Dom Eugênio Sales, declarou que não aprovava a instalação da escultura, “ainda mais por ser em um local de grande evidência” (BERTA, JUNIOR, 2000, p.21). O líder da igreja católica enfatizava que o local seria inapropriado por dar proeminência ao monumento. Mas, ao final da reportagem, buscando se eximir da acusação de intolerância religiosa, reforçou ser partidário da liberdade religiosa. A manifestação contrária do cardeal arcebispo não configurava uma demonstração banal, pois era oriunda da principal liderança religiosa da cidade, com destacado capital político e representatividade.

Líderes e pastores de igrejas evangélicas também se manifestaram contrários ao monumento da divindade de matriz africana, configurando o grupo mais assíduo na campanha contra a escultura. O jornal *O Dia* publicou uma série de reportagens ao longo do ano 2000, com depoimentos de pastores contrários a instalação do monumento. Em

⁸ Nesse vídeo a escultura Exu dos Ventos é filmada em detalhes a partir da interação entre Mário Cravo e sua obra artística. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=MB_GILn58Eo. Acesso em: 14 dez. 2022.

uma delas, com o título “Xô, Exu”, é estampado na capa uma foto onde lideranças evangélicas levantam suas mãos e bíblias (CASTRIOTO, 2010a). Demais reportagens foram publicadas em outros jornais cariocas com declarações de pastores evangélicos contrários à instalação da escultura.

No mundo político também ocorreram manifestações contrárias à obra de arte. O então deputado estadual Alessandro Calazans (PV) fez uma moção de protesto e defendeu que o monumento a ser instalado era desrespeitoso e atentava contra integridade religiosa da população carioca (VALLE, 2020). Já o deputado estadual e pastor Mário Luiz (PFL) também se posicionou no plenário da ALERJ discordando da instalação do monumento. As posições desfavoráveis não eram calcadas em uma defesa do Estado Laico, mas em preconceito contra o monumento, a partir da concepção da divindade africana como representante do mal.

O somatório de críticas das lideranças católicas, evangélicas e de parlamentares produziu uma forte pressão sobre o prefeito carioca. O alcaide Luiz Paulo Conde chegou a declarar que o monumento seria transferido para o MAM (Museu de Arte Moderna) do Rio de Janeiro. Mas depois voltou atrás e manteve o primeiro local como destino final do *Exu dos Ventos*. Em outro recuo momentâneo o chefe do executivo municipal chegou a aventar a realização de um plebiscito para com os usuários da via expressa, em que seriam consultados se seriam a favor ou contra o monumento⁹. O que também ficou apenas no campo da especulação, não indo para frente.

As pressões dos religiosos cristãos surtiram efeitos, pois o então mandatário não inaugurou a obra no mês de junho, apenas no final do ano. Como aponta Mônica Castrioto (CASTRIOTO, 2010a) a decisão foi tomada provavelmente para não perder apoio e votos dos eleitores cristãos, na eleição municipal em outubro de 2004, quando o Conde tentou sua reeleição. O prefeito Luiz Paulo Conde acabou sendo derrotado no segundo turno para Cesar Maia (PTB). Foi após o pleito eleitoral que o monumento de fato teve a inauguração, seis meses após a data prevista inicialmente.

A defesa da instalação do monumento tanto pela prefeitura, como pela concessionária LAMSA, empresa que detém a concessão para administração e exploração da Linha Amarela¹⁰, eram no mesmo sentido. Ambas defendiam que a construção em

⁹ Segundo Castrioto (2010a) a notícia da possibilidade de um plebiscito para que os usuários da Linha Amarela decidissem a respeito da instalação da escultura. O pastor Guilhermino Cunha, da igreja presbiteriana anunciou ter recebido a doação de um empresário para confeccionar 10 mil adesivos com dizeres “A linha é consagrada por Exu. Evite acidentes”, o que seria uma campanha contrária ao monumento.

¹⁰ A Linha Amarela é uma via expressa que liga a região da Zona Norte do Rio de Janeiro à Zona Oeste, com cerca de 22 quilômetros ao todo. A via foi leiloada e na época era administrada pela concessionária LAMSA.

questão não era uma obra religiosa, que se tratava de uma construção artística inspirada na divindade africana, sem pertencimento religioso. Portanto, desqualificando as críticas de católicos e evangélicos, que atribuíam ao monumento um valor sagrado. Nas reportagens, líderes da umbanda e do candomblé defendiam a instalação do *Exu dos Ventos* e buscavam desmitificar a associação da divindade com o mal.

Segundo Castrioto (2010a) a ideia da escultura nasceu em 1998, quando em visita à cidade de Salvador, o prefeito Luiz P. Conde visitou o ateliê do artista Mário Cravo Júnior, encantando-se pela obra. No ano seguinte o *Exu dos Ventos* foi comprado pela concessionária LAMSA e doado para a prefeitura do Rio de Janeiro. Nas reportagens os dois atores se confundem em relação a de quem teria partido a iniciativa de aquisição da obra, o que revela a zona cinzenta entre poder público e empresas prestadoras de serviço¹¹.

Um imbróglio não foi desbaratado sobre a propriedade da escultura. A obra foi produzida pelo artista baiano Mário Cravo Júnior, no ano de 1992, e adquirida pela empresa LAMSA, em 1999. O artista baiano era amigo próximo do então prefeito Luiz Paulo Conde, que teria se encantado pela escultura e manifestado o desejo de comprá-la.

Controvérsias à parte, a escultura estava para ser instalada na cidade de Rio de Janeiro sobre diversas críticas. A hipótese é que o poder executivo municipal poderia ser acionado judicialmente caso comprasse este monumento artístico de cunho religioso, a partir da acusação de ferir o princípio constitucional do artigo 19 da Constituição Federal¹². Dessa forma a concessionária adquiriu a obra e, em seguida, a doou para a capital fluminense¹³.

¹¹ As declarações do prefeito, da companhia e do artista apontam que foi Luiz Paulo Conde quem primeiro manifestou o desejo pela obra artística, que em seguida foi comprada pela LAMSA. Essa confusão sobre de quem partiu o interesse revela que a compra foi realizada pela LAMSA para agradar o prefeito. Contudo, a concessionária tinha um contrato em vigência com a prefeitura. O que evidencia relações entre o poder público e privado imbricados numa zona cinzenta.

¹² O artigo 19 da Constituição Federal de 1988, estabelece que é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, embarcar-lhes o funcionamento ou manter com eles ou seus representantes relações de dependência ou aliança, ressalvada, na forma da lei, a colaboração de interesse público. BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, [2023]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/html. Acesso em: 20 jan. 2023.

¹³ Em 2012, o ex-prefeito do Rio de Janeiro César Maia foi condenado por improbidade administrativa. O motivo da condenação foi a construção, durante o mandato do alcaide em 2004, de uma igreja de São Jorge com recursos públicos. A decisão do magistrado da 13ª Vara de Fazenda Pública da capital apontou que César Maia violou o artigo 19 da Constituição Federal, que proíbe a subvenção de culto religioso. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas->

A ideia inicial da escultura do orixá nagô, na margem da Lagoa Rodrigo de Freitas foi alterada para a encruzilhada das Linhas Amarela e Linha Vermelha¹⁴ por parte da concessionária LAMSA (CASTRITO, 2010a p. 65). A companhia escolheu implantar a escultura no entroncamento viário das duas vias, na Ilha do Fundão, justamente atendendo uma premissa religiosa importante para o orixá, que é a encruzilhada¹⁵. O local final também foi escolhido por meio de um jogo de búzios¹⁶, quando Exu escolheu o local, como fez algumas exigências, segundo pai Celso de Omolu e Júnior de Odé (CASTRITO, 2010a).

O monumento, alvo de inúmeras polêmicas, foi inaugurado, no dia 16 de dezembro de 2004, no canteiro central da Linha Amarela. No evento estavam presentes o prefeito Luiz Paulo Conde, o autor da obra de arte e quase uma dezena de religiosos da umbanda e do candomblé. Em uma foto do periódico no *O Globo* é possível ver a imagem sorridente dos presentes em frente à escultura. Contudo, apesar da inauguração, as polêmicas e críticas ao *Exu dos Ventos* não cessaram.

A data de inauguração é motivo de controvérsias, pois segundo Mônica Castrioto (2010a) a data foi escolhida após eleições, justamente para que não ocorresse nenhum dano ao prefeito, então candidato à reeleição. Mas, segundo Mônica Castrioto (2010a) a data teria sido escolhida a partir de uma consulta feita por meio do jogo de búzios por líderes do candomblé e da umbanda. Entretanto, como revela a pesquisadora, antes da instalação foram realizadas práticas ritualísticas religiosas no local, como “dar comida” para Exu e a implantação de um assentamento¹⁷.

Mônica Castrioto (2010b) também destaca as declarações da LAMSA e do alcaide carioca sobre religiosos da umbanda e do candomblé que conceberam o

noticias/2012/06/06/cesar-maia-ex-prefeito-do-rio-tem-direitos-politicos-suspensos-por-cinco-anos.html. Acesso em: 16 dez. 2022.

¹⁴ A Linha Vermelha é uma linha expressa que liga a cidade do Rio de Janeiro aos municípios da Baixada Fluminense e também à rodovia BR 0-40, que liga o Rio de Janeiro a Minas Gerais. Essa via expressa é pertencente à prefeitura do Rio de Janeiro.

¹⁵ O orixá Exu tem como uma de suas atribuições a de ser mensageiro, responsável por abrir os caminhos e destruir os obstáculos. Dessa forma as oferendas para a divindade são realizadas em encruzilhadas, concebidas como local preferido e de extrema necessidade para que o orixá possa fazer a comunicação.

¹⁶ Segundo Nei Lopes (2004) o jogo de búzios é uma técnica adivinhatória das religiões afro-brasileiras. O jogo de búzios é uma derivação do Odu ou Opelê iourubá. O jogo de adivinhação é realizado a partir da utilização de conchas de búzios, que são jogadas pelo sacerdote, quem responde às perguntas é o orixá Exu.

¹⁷ Segundo Nei Lopes (2004) assentamento é um conjunto de objetos simbólicos que reunidos e tratados, concentram o axé do orixá de determinado indivíduo ou coletivo. Em geral, o assentamento é enterrado em uma cerimônia ritualística, como ocorreu no caso citado.

monumento como religioso. Não apenas no ato inaugural, como posteriormente, atividades ritualísticas religiosas foram e são realizadas. A escultura de *Exu dos Ventos* se tornou um local de peregrinação e de realização de práticas e rituais religiosos, não apenas pelos religiosos como também por funcionários da LAMSA, que revelam as constantes oferendas encontradas na localidade (CASTRIOTO, 2010a p.81-82).

Como apontam Ivan Dias e Roney S. Andrade (ANDRADE; SILVA, 2011 p. 138) após a instalação, o monumento foi apropriado de formas distintas por três atores. O primeiro é por parte dos evangélicos que compreendem a escultura como uma obra diabólica, pois Exu seria uma representação do Diabo cristão. A segunda do então prefeito Luiz Paulo Conde, que a concebia apenas como uma obra artística. A terceira pelo autor da obra, que a defende como inspirada no orixá africano, porém sem configurar um símbolo religioso. Contudo, há um quarto sentido, a dos praticantes de religiões afro-brasileiras, que não só realizaram práticas religiosas na escultura e oferendas são deixadas para a divindade na base do monumento.

Entretanto, os discursos de ódio e extermínio contra as religiões afro-brasileiras acabam por impulsionar uma série de ações perpetuadas por cristãos intolerantes contra a escultura, originando diversas depredações, violações e investidas contra o monumento. Esses ataques ao *Exu dos Ventos* não cessariam com a sua inauguração, mas sofreu alteração.

O que antes eram críticas ao monumento tornaram-se, no século XXI, ações reais de ataque. A escultura passou a ser atacada e vilipendiada. O monumento foi alvo de pichações com mensagens cristãs. Em 2008, uma foto publicada no blog Reconstruindo Exu¹⁸, mostrava pichações no tronco central e na base da escultura com os seguintes dizeres: “Egito e Babilônia jaz no mar”, “o Ídolo vai + Deus fica”, “Deus é fiel”, “Jesus vem e você” e indicações de passagens bíblicas e salmos. O que revela ação intolerante de cunho cristão.

Arthur Valle (VALLE, 2020 p. 151) ressalta que a parte superior do monumento que é móvel, foi depredada, em maio de 2005. Posteriormente, a parte superior foi removida para a sede da Fundação Parques e Jardins. Segundo a versão da prefeitura municipal do Rio de Janeiro, a origem do incidente foi uma forte rajada de vento. Contudo, segundo a historiadora Mônica Castrioto a derrubada da parte superior foi fruto de disparos de armas de fogo. Esse ataque contra *Exu dos Ventos* teria partido de traficantes de drogas ilícitas, do Conjunto de Favelas da Maré, muito próximo do monumento (VALLE, 2020). Uma região da Maré é controlada pela facção TCP

¹⁸ Disponível em: <http://reconstruindoexu.blogspot.com/2014/07/exu-graffiti-e-pichacoes.html>. em 20 jan. de 2023.

(Terceiro Comando Puro)¹⁹, que tem um histórico de traficantes ligados às religiões evangélicas, que proíbem terreiros de matrizes africanas em determinadas favelas que controlam.

Até dezembro de 2022, a parte superior não foi reparada pelo órgão municipal e muito menos foi recolocada na escultura, apenas a pintura foi realizada, apagando as pichações de cunho cristão, deixando o monumento descaracterizado e incompleto. Segundo Arthur Valle (2020) a longa demora e descaso na reparação do monumento reflete um “vandalismo administrativo”. Segundo Dario Gamboni (2014), o vandalismo administrativo é a ação perpetrada pelo Estado de abandonar, não realizar manutenção ou zelar pelos patrimônios públicos.

Neste caso analisado, essa descaracterização e omissão como atos de “racismo institucional”, uma vez que são sistematicamente prejudiciais a um grupo racial, praticadas por uma instituição pública em contextos nacional e local que permeiam os conflitos políticos e religiosos de favorecimento a ações cristãs no espaço público e continuidade dos ataques de intolerância religiosa (CAMPOS, 2017). Nessa “batalha espiritual” neopentecostal, Exu é tido como um dos principais e mais perigosos inimigos.

A concepção errônea sobre o orixá iourubano não é atributo apenas das igrejas neopentecostais, pois desde o final do século XIX a diversas características de Exu foram associadas com o Diabo cristão ou com o Shaitan²⁰ dos muçulmanos (LOPES, 2004). Essa compreensão foi cunhada em especial por missionários europeus durante o século XIX. Portanto, não foi criada pelas igrejas neopentecostais, mas foi elevada de maneira exponencial por esse segmento religioso, na segunda metade do século XX. Não apenas em pregações, como em livros, pichações pelas ruas indicando o mal associado ao orixá. Nesse sentido, o ato de instalação do monumento *Exu dos Ventos* configura uma ousadia diante da conjuntura política e principalmente da cidade, uma das capitais com maior número de religiosos da fé evangélica e berço da IURD.

Ao ressaltar as disputas política-religiosas nas eleições municipais de 2004, citando a problemática em torno do monumento a *Exu dos Ventos*, o jornal *O Globo* apresenta uma matéria sobre a legião de fiéis da Universal que panfletam para Crivella, então candidato à prefeitura e rival direto de Luiz Paulo Conde. O periódico afirma que o fundamentalismo religioso pentecostal atingiu o prefeito a ponto de, mesmo não sendo evangélico, fechou aliança com o casal Garotinho.

¹⁹O Terceiro Comando Puro é uma facção criminosa fluminense que controla territórios, onde tem como principal atividade econômica o tráfico de drogas ilícitas no varejo.

²⁰Shaitan é nome que designa a figura do Diabo ou Satanás, um ser maligno no islamismo (LOPES, 2004 p. 267).

Outro fato a ser destacado é que, ao lado da matéria descrita acima, o jornal *O Globo* expõe uma nota sobre as campanhas de Luiz Paulo Conde nas comunidades do Rio de Janeiro e uma visita ao Hospital Silvestre, localizado no Morro da Providência (FRANÇA, 2004, p.11). O texto é acompanhado da exibição de um panfleto que foi distribuído pelo prefeito no evento. A iconografia do material retrata Jesus abençoando o candidato enquanto este parece discursar em prol dos enfermos.

O corpo-a-corpo 'estadual' de Conde

Candidato anuncia ato de governo

Mirelle de França

• A visita do candidato a prefeito do Rio Luiz Paulo Conde (PMDB) à comunidade da Vila do Parque da Cidade, na Gávea, serviu de endereço para o anúncio de uma medida do governo estadual. Segundo o locutor do carro de som que acompanhava a comitiva do candidato, a edição de ontem do Diário Oficial do estado havia publicado um decreto que transferiria, de forma definitiva, a titularidade de 345 lotes da região para os moradores.

O decreto, porém, não foi publicado. Durante a visita, Conde afirmou que desconhecia a medida, mas que não considerava crime eleitoral o fato de o anúncio ser feito durante sua visita:

— Não acho (crime eleitoral). Domingo, o prefeito Cesar Maia inaugurou uma estátua durante uma passeata dele.

De acordo com o Tribunal Regional Eleitoral (TRE), caso seja comprovado que houve abuso de autoridade, pode ser configurada a captação de sufrágio (troca de beus por votos).

Segundo o presidente da Associação de Moradores da Vila do Parque da Cidade, Waldir Cavalcanti, durante a visita Conde anunciou a transferência de propriedade dos lotes, que hoje estão em nome da Rioprevidência — fundo de previdência do estado. A Secretaria de Habitação informou que o processo deverá ser concluído nos próximos dias. Antes de visitar o Parque da Gávea, Conde fez campanha no Morro da Providência e no Hospital Silvestre.

Divulgação



CONDE: candidato visita hospital

O GLOBO, “CONDE: candidato visita hospital”. 2000. 2 fotografia²¹.

²¹ **O GLOBO**. 16 de fevereiro de 2000. Matutina, O País, ELEIÇÕES, página 21. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/busca/?tipoConteudo=pagina&pagina=1&ordenacaoData=rele>

Os panfletos ilustram como Conde comunicava publicamente a sua visita ao hospital e ao mesmo tempo que utilizava recursos visuais para remover os estigmas produzidos pela polêmica da escultura de Exu dos Ventos, ao longo do ano 2000. A visita de Conde ao hospital traz algumas questões importantes.

Após ter sua imagem fortemente atrelada as religiões afrobrasileiras, em especial à figura do orixá Exu, historicamente associada ao mal e ao Diabo, o então prefeito, e candidato, necessitava livra-se do estigma (GOFFMAN, 1980) relacionado as religiões de matrizes africana. Assim, os panfletos distribuídos por Conde, ao ressaltar proximidade com Jesus Cristo, evidenciam o intuito de conceder a sua imagem pública certa “limpeza moral” (MACHADO, 2008).

O conceito de limpeza moral é utilizado por Machado (2008) para analisar os moradores de favela em relação aos estigmas que carregam, em especial advindos dos agentes da segurança pública. Em especial, como os jovens favelados buscam uma limpeza dos estigmas do local em que residem. Contudo, aqui a limpeza moral está ligada aos estigmas contraídos pelo prefeito pela polêmica escultura e compartilhados por parcela da sociedade carioca.

A limpeza moral configura a busca por eliminar e esconder características desabonadoras, consideradas negativas ou deletérias. Para um político em busca de votos, em uma cidade de maioria cristã, diante das acusações dos adversários políticos de associação com Exu, a procura pela limpeza moral se fez necessária. É nesse sentido que os panfletos com a figura em destaque de Jesus Cristo, uma divindade cristã, tem objetivo. O panfleto era claramente voltado para uma comunicação com eleitorado cristão, para reduzir o estigma produzido ao longo do ano 2000. O então candidato e os agentes de sua campanha avaliaram os estigmas produzidos pela polêmica escultura.

Considerações Finais

Quando as atividades religiosas, como festas de orixá, são feitas em lugares públicos, praias, matas, cachoeiras, ruas, entre outros, o povo de axé fica mais exposto a ataques, que podem acontecer como desde simples distribuições de panfletos contra esses cultos, até tentativas de interrupção forçada dos rituais (SILVA, 2007, p. 218). Outra prática que gera conflito é a “incorporação” de práticas comuns encontradas nos terreiros, como o acarajé e a capoeira, serem dissociadas das suas relações com as religiões afro-brasileiras e “incorporadas” nas práticas evangélicas.

Ao defender a permanência do monumento *Exu Dos Ventos* no espaço público, da cidade do Rio de Janeiro, Luiz Paulo Conde se assemelha aos que defendem a manutenção dos símbolos religiosos nos espaços públicos, como crucifixos e bíblias, afirmam que esses símbolos são intrínsecos à cultura nacional, sendo parte da formação cultural do Brasil. Já os laicos que lutam pela retirada das representações religiosas são caracterizados como intolerantes religiosos pelos que defendem a manutenção desses símbolos. Os aforreligiosos, por sua vez, são coibidos a não exercer suas religiões no espaço público, fato comum em vários eventos e festas na cidade do Rio de Janeiro (BAHIA, 2018). Porém, Giumbelli (2004) destaca que os símbolos religiosos que ocupam o espaço público não podem ser considerados puramente artefatos culturais e assim enquadrados na laicidade do Estado, pois esses símbolos já carregam a concepção do religioso.

O objeto religioso que está no espaço público e ninguém nota marca uma posição de poder mesmo passando despercebido. É o que Giumbelli classifica como “invisibilidade exposta”, ou seja, são objetos que atuam melhor na sociedade quando não chamam a atenção, ocupando lugares que fazem com que o observador os internalize, passando a ideia de normatividade. Para o autor, estamos longe do modelo que associava a modernidade ao fim da religião, pois o mundo atual está repleto de religião. No caso brasileiro, a imagem do país está marcada por inúmeros indícios de religiosidade pública, tanto pelo catolicismo quanto os associados à expansão evangélica na década de 1970 e seu impacto social e político (GIUMBELLI, 2004).

O uso das identidades religiosas, principalmente entre os cristãos evangélicos, funciona como estratégia eficiente desde as primeiras eleições para a Constituinte de 1986. Elas alcançaram seu ápice nas eleições de 2018, subordinadas à eleição de Bolsonaro (DAMÉ, 2018). Isso indica que, ao adotar uma identidade religiosa evangélica no pleito, os candidatos identificam-se com valores característicos de determinado tipo de cristianismo conservador.

O racismo religioso assentado no Brasil, compartilhado por parte da sociedade brasileira, produz um estigma para os religiosos de matriz africana, praticantes e figuras públicas, mesmo que essas tenham uma relação longínqua com tais religiões. No caso do então alcaide carioca, a simples anúncio da escultura de *Exu dos Ventos* lhe atribuiu o estigma, e ensinou uma limpeza moral para não produzir ainda mais danos a sua imagem, principalmente para o pleito eleitoral que ocorreria em outubro de 2000. Como citado acima, os efeitos do estigma produzido pela escultura retornaram nas eleições municipais de 2004, o que revela o quanto o racismo religioso produz efeitos e é acionado como instrumento de acusação em disputas eleitorais.

Apesar da evidente disputa político-religiosa, não é possível aferir se a escultura interferiu significativamente na derrota do mandatário para César Maia nas eleições de outubro de 2000. Contudo, podemos afirmar que a ousadia de instalar a obra produziu efeitos nas eleições de 2004, quando o prefeito voltou a ser candidato para alcaide da cidade e seus adversários lembraram o monumento da divindade africana como artifício de ataque para retirar sua credibilidade e competência de gestão.

Posteriormente à derrota para reeleição como prefeito da capital fluminense, Luiz Paulo Conde foi eleito vice-governador do estado do Rio de Janeiro (2003). E em 2004, novamente tentou torna-se prefeito do Rio de Janeiro. Nessa eleição, *Exu dos Ventos* voltou à tona, mas agora não mais a polêmica de ser instalado ou não. A escultura alvo de críticas transformou-se em uma categoria de acusação contra o candidato por parte dos seus adversários políticos e respectivos aliados. Tanto Benedita da Silva (PT), à esquerda, como Marcelo Crivella (PRB), à direita, acusaram o ex-prefeito de relações com divindades malignas.

Todavia, as tentativas de atrair votos evangélicos para pleitear cargos no início do século XXI não é restrita à cidade do Rio de Janeiro. São Gonçalo, o segundo maior campo eleitoral do estado, ganhou destaque quando a candidata a prefeita Aparecida Panisset foi acusada pela página online do jornal *Extra*²² de divulgar notícias que configuram intolerância religiosa e assim garantiu 51,95% dos votos no primeiro turno do pleito, em 2004²³ (MACHADO, 2006, p. 142).

Já em 2008, Aparecida Panisset ganhou com 56% dos votos, o correspondente a 170 mil votos a mais que sua concorrente direta e segunda colocada, Graça Matos. O discurso de vitória de Aparecida Panisset destacava o quanto o povo evangélico a ajudou na “guerra” contra os demais candidatos e a importante participação dos pastores ao mobilizar e cativar eleitores. Panisset afirmava que “Quem ganha a guerra são os soldados” e por isso amava tanto o povo [evangélico], uma vez que são esses os votos somados a tantos outros que a fez ganhar a eleição. “A gente não ganha a guerra sozinho, por isso eu quero agradecer a todos os nossos pastores que estão aqui presentes, que oraram e trabalharam por nós” (PANISSET, 2008).

²² GOMES, Antero. Aparecida Panisset: a prefeita que adora uma guerra santa. **EXTRA**, São Gonçalo, 8 de agosto de 2011. Notícias. Disponível em: <https://extra.globo.com/noticias/religiao-e-fe/aparecida-panisset-prefeita-que-adora-uma-guerra-santa-2734123.html>. Acesso em: jan. 2023

²³No processo eleitoral de 2004, Panisset teve como principal adversária uma colega da ALERJ, Graça Matos (PMDB), que contava com o apoio da ex-governadora Rosângela Matheus e do presidente estadual do partido, Anthony Garotinho. À época, jornais com fotos da candidata em rituais de umbanda foram distribuídos, numa tentativa de confundir os eleitores evangélicos no município de São Gonçalo. Panisset garantiu 51,95% dos votos no primeiro turno do pleito (MACHADO, 2006, p. 142) (BAHIA, AGUIAR, 2022).

As falas de Aparecida Panisset explicitam uma “guerra religiosa”, nos dando a possibilidade de comparar ao livro escrito pelo fundador da IURD, Edir Macedo (*Orixás, Caboclos e Guias: deuses ou demônios*, 1993). Esta obra é um importante exemplo de incitação de seus fiéis contra um inimigo declarado, onde Edir Macedo explica aos seus leitores o dever de vestir a armadura, lutar “em nome do Senhor” e garantir o lugar no céu, antes que o fiel seja arruinado por “exu, caboclo ou demônios” semelhantes (AGUIAR, 2022).

Concomitante ao pleito evangélico empreendido por Aparecida Panisset em São Gonçalo, em 2004, as eleições municipais da cidade do Rio de Janeiro destacavam a tentativa de Luiz Paulo Conde para retornar a cadeira de alcaide da capital fluminense. Os dois casos revelam que a separação republicana entre Igreja e Estado não representa exclusão mútua entre ambos, mas, sim acirramento da disputa entre grupos religiosos e entre religiosos e personalidades políticas.

Tal conexão entre atividades religiosas e objetivos políticos é bastante relevante no segmento evangélico. Como defende Ari Pedro Oro (1997), a ambição dos cristãos evangélicos é, com raras exceções, constituir um grupo de pressão eficaz para defender seus interesses institucionais e seus princípios morais no sentido amplo, além de se fazerem ouvir no debate público.

Referências

- AGUIAR, Camilla Fogaça. “*Minha cabeça me salva ou me perde*”: povos de terreiro na guerra religiosa. 1. ed. Curitiba: Appris, 2022. 165 p.
- ANDRADE, R. S.; SILVA, I. D. Distâncias e proximidades entre neopentecostalismo e religiões afro-brasileiras: a constituição social do sentido. *Sacrilegus*, UFJF, v. 8, p. 129-147, 2011.
- BALTAR, Maria Clara. *Exu dos Ventos: religião afro-brasileira na mídia 2004*. Monografia (Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2004.
- BAHIA, J. O Rio de Iemanjá: uma cidade e seus rituais. *Revista Brasileira de História das Religiões*. ANPUH, ano X, n. 30, p. 77-215, jan./abr. 2018.
- BERTA, Rubem; JUNIOR, Waldomiro. Cardeal é contra escultura na Linha Amarela: Dom Eugênio diz que respeita outras religiões, mas não aprova a obra inspirada em divindade afro-brasileira. *O GLOBO*. 16 de fevereiro de 2000. Matutina, O País, ELEIÇÕES, página 21. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/busca/?tipoConteudo=pagina&pagina=1&orden>

acaoData=relevancia&allwords=exu+dos+ventos+benedita&anyword=&noword=&exactword=. Acesso em: jan. 2023.

BIRMAN, Patrícia. Percursos afro e conexões sócias: negritude, pentecostalismo e espiritualidades. In: TEIXEIRA, Faustino & MENEZES, Renata (org.) *As religiões no Brasil: continuidades e rupturas*. Petrópolis: Vozes, 2006, p. 189-205.

BRASIL.[*Constituição* (1988)]. Artigo nº 19. É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios. Constituição da República Federativa do Brasil: texto promulgado em 5 de outubro de 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 18 jan. 2023.

CAMPOS, L. A. Racismo em três dimensões: uma abordagem realista-crítica. *Rev. Bras. Ci. Soc.*, São Paulo, v. 32, n. 95, p. 329-507, 2017.

CAMURÇA, Marcelo e RODRIGUES, Ozaías da Silva. O debate acerca das noções de “intolerância religiosa” e “racismo religioso” para a compreensão da violência contra as religiões afro-brasileiras. *Revista OQ*, n. 6, jan. 2022.

CASTRIOTO, Mônica Maria Linhares. *Artes de Exu: intervenções artísticas e representações afro-brasileiras no Rio de Janeiro: Tridente de Ni e Exu dos Ventos*. 2010. Dissertação (Mestrado em Artes) – Centro de Educação e Humanidades, Instituto de Artes, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010a.

_____. *O gigante da encruzilhada*. Concinnitas (Rio de Janeiro. Impresso), v. 17, p. 6-23, 2010b.

DAMÉ, Luiza. “Em crescimento, bancada evangélica terá 91 parlamentares no Congresso”. *Agência Brasil*, 18 out. 2018. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2018-10/em-crescimento-bancada-evangelica-tera-91-parlamentares-no-congresso>. Acesso em: 14/12/2020.

FLOR DO NASCIMENTO, Wanderson. Fenômeno do racismo religioso: desafios para os povos tradicionais de matrizes africana. *Revista Eixo*, v. 6, n. 2, p. 51-56, 2017.

FRANÇA, Mirelle de. O corpo-a-corpo ‘estadual’ de Conde. Candidato anuncia ato de governo. *O GLOBO*. 29 de setembro de 2004. Matutina, O País, ELEIÇÕES, página 11. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/busca/?busca=exu+dos+ventos+benedita>. Acesso em: Jan. 2023.

- GIUMBELLI, E. Religião, Estado, Modernidade: notas a propósito de fatos provisórios. *Estudos Avançados*, v. 18, n. 52, 2004.
- _____. A presença do religioso no espaço público: modalidades no Brasil”. *Religião e Sociedade* v.28, n.2, 2008, pp 80-101.
- GAMBONI, Dario. *La destrucción del arte*. Iconoclasia y vandalismo desde la Revolución Francesa. Madri, Ediciones Cátedra, 2014.
- GOFFMAN, Erving. *Estigma*: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.
- GOMES, E. C. *A era das catedrais da IURD*: a autenticidade em exibição. 2004. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – PPCIS, UERJ, Rio de Janeiro, 2004.
- MACEDO, Edir. *Orixás, Caboclos e Guias*: deuses ou demônios. Rio de Janeiro: Universal, 16. edição, 1993.
- MACHADO, Maria das Dores Campos. *Política e religiões*: a participação dos evangélicos nas eleições. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. 180p.
- MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio. *Vida sob cerco*: violência e rotina em favelas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.
- MIRANDA, Ana Paula Mendes. Entre o privado e o público: considerações sobre a (in)criminação da intolerância religiosa no Rio de Janeiro. *Anuário Antropológico*, n. 2, p. 125-152, 2010.
- MIRANDA, Ana Paula Mendes. A força de uma expressão: intolerância religiosa, conflitos e demandas por reconhecimento de direitos no Rio de Janeiro. *Comunicações do ISER*, v. 66, p. 60-73, 2012.
- ORO, Ari Pedro. Neopentecostais e Afro-Brasileiros: quem vencerá esta guerra? *Debates do NER*, Porto Alegre, ano 1, n. 1, p. 10-36, novembro de 1997.
- PANISSET, Aparecida. Discurso de comemoração da vitória nas eleições de 2009. São Gonçalo, 2008. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=mjeOZ8enU8E&t=5s>. Acesso em: 10 maio 2018.
- ROCHA, Carla. Legião de fies da Universal panfletam para Crivella: Recrutados nos cultos da seita do candidato, obreiros trabalham de graça ou, no máximo, por um prato de comida. *O GLOBO*. 29 de setembro de 2004. Matutina, O País,

ELEIÇÕES, página 11. Disponível em:
<https://acervo.oglobo.globo.com/busca/?busca=exu+dos+ventos+benedita>.
Acesso em: jan. 2023.

SANGENIS, Luís Fernando Conde; Costa, Graziane Angélica. “*Neo Pentecostalismo, Racismo religioso e Intolerância Religiosa: as religiões afrobrasileiras nas páginas dos jornais*”. História Social da Intolerância Religiosa no Brasil: desafios na contemporaneidade. Ivanir dos Santos e Marian Gino orgs. Kline Editora, 2021. 1240- 1518. *E-book*

SILVA, Vagner Gonçalves da. Neopentecostalismo e religiões afro-brasileiras: significados do ataque aos símbolos da herança religiosa africana no Brasil contemporâneo. *MANA*, v. 13, n. 1, p. 207-236, 2007.

SIQUEIRA, José Jorge. *Entre Orfeu e Xangô: a emergência de uma nova consciência sobre a questão do negro no Brasil (1944-1968)*. Rio de Janeiro: Pallas, 1997

VITAL DA CUNHA, Christina. Ativismo negro e religioso: o caso da Frente Parlamentar de Terreiros no Congresso Nacional Brasileiro. *Cadernos Novos Estudos Cebrap*, v. 40, p. 243-259, 2021.